



NOTA DE REPÚDIO AO DESMONTE DO SISTEMA DE GOVERNANÇA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO BRASIL

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030) repudia veementemente o desmonte do sistema de governança dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, conduzido pelo governo Jair Bolsonaro. A extinção da instância de governança nacional deste sistema, a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), revela absoluto desprezo pela palavra acordada na ONU em 2015, em conjunto com outros 192 países, para implementar a Agenda 2030 e suas metas.

A CNODS foi criada pelo [Decreto nº 8.892](#), em 27 de outubro de 2016, como parte da estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República. De natureza consultiva e paritária, a Comissão tinha como propósito atuar no processo de articulação entre os entes federativos e a sociedade civil para a implementação e fomento dos ODS no Brasil. No dia 11 de abril de 2019, ela foi extinta pelo [Decreto nº 9.759](#), com efeito legal a partir de junho.

O “revogação” acabou não apenas com a CNODS. Estima-se que cerca de 500 órgãos colegiados do governo federal criados por outros decretos ou portarias, entre conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e outras denominações semelhantes, tenham sido impactados, salvando-se apenas aqueles criados por meio de leis. Mesmo assim, muitos foram esvaziados e/ou descaracterizados por este dispositivo legal.

Na prática, o Decreto nº 9.759 revogou o Decreto nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS), significando um verdadeiro atentado à participação cidadã na formulação e implementação de políticas públicas no país. A expectativa de que a CNODS fosse recriada no segundo semestre de 2019 acabou não se concretizando, evidenciando ainda mais a falta de comprometimento do atual governo com a erradicação da pobreza e da fome, com a preservação do meio ambiente e o combate às desigualdades e injustiças.

A Agenda 2030 é um plano para governos, sociedade, empresas, academia e para todas as pessoas, completamente alinhada à Constituição Federal brasileira. O fim da CNODS indica que o governo federal não considera o acordo assinado em 2015 um compromisso de Estado, que deve estar acima de governos, partidos, ideologias.

Outra evidência do descaso do governo Bolsonaro com o desenvolvimento sustentável foi a sua desistência de apresentar dados para a Revisão Voluntária Nacional (RVN) durante o Fórum Político de Alto Nível (High-level Political Forum), que ocorreu em julho de 2019 em Nova York. As RVNs são feitas a partir de relatórios que prestam contas à comunidade internacional sobre a implementação da Agenda 2030 e os ODS no país. O Brasil havia se comprometido a apresentar seu relato no HLPF 2019, mas o governo atual preferiu não reafirmar seus compromissos com os ODS.

Como os últimos dados para a RVN foram apresentados em 2017, desde então, a única forma de acompanhar a implementação dos ODS no país tem sido o [Relatório Luz¹](#), produzido pelo GT Agenda 2030. A edição 2019 mostra que o Brasil está cada vez mais distante do desenvolvimento sustentável. O cenário é de acirramento de violações e desrespeito aos direitos sociais, ambientais e econômicos, com retrocessos em todas as áreas e que afetam, sobretudo, a vida das mulheres negras, quilombolas e indígenas: 13,5 milhões de pessoas na extrema pobreza; liberação recorde de agrotóxicos; avanço de

¹ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2019/>.



infecções sexualmente transmissíveis e de doenças como malária, febre amarela e tuberculose; propostas de privatização e de oferta de educação básica pública a distância; aumento da violência contra a mulher; 34 milhões sem acesso à água tratada; mais de 100 milhões sem serviço de coleta de esgoto e quase 600 mil domicílios sem energia elétrica; 12,5 milhões de pessoas desempregadas; crescimento da desigualdade e da intolerância; crimes ambientais; redução da transparência e dos espaços de diálogo.

Assim, tornamos pública nossa preocupação com a recusa do governo Jair Bolsonaro em implementar, no Brasil, um modelo de desenvolvimento que seja voltado à prosperidade, ao cuidado com o planeta, orientado pela paz e viabilizado através de parcerias multisectoriais inclusivas, que resultem em políticas, programas e serviços acessíveis e de qualidade para todas as pessoas no Brasil.

Brasil, 8 de novembro de 2019.

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 – GTSC A2030